

vidão não resistiria a uma única eleição presidencial, pois seria compromisso inequívoco de cada candidato aboli-la.

Sabemos que as lutas sociais deste País é que geram as crises. Assistimos, como um quadro permanente de nossa História, à luta pelos direitos do nosso povo contra a manutenção dos privilégios e esta é a raiz das nossas crises. E, agora, esta análise, elitista, esta análise conservadora quer-nos impingir a idéia de que o presidencialismo, que a República presidencialista é a culpada pelos regimes autoritários de 1930 a 1946 ou pelo regime militar pós 1964. Isto não é sério. A essência da República presidencialista é a eleição direta para a escolha dos governantes; a essência da República presidencialista é a independência do Legislativo e a independência do Judiciário.

No regime autoritário pós 1964 e de 1930 a 1946, preocuparam-se, em primeiro lugar, em afastar as eleições diretas, como querem fazer agora; preocuparam-se em amordaçar o Legislativo e em sufocar o Judiciário.

Não é sério falar que isso é presidencialismo. E, agora, querem fazer crer que, se fosse parlamentarismo, o Congresso Nacional iria resistir aos militares; os militares chegariam aqui e se deteriam diante do Congresso Nacional. E querem fazer crer que a UDN, que desfilará por inteiro aqui hoje, no parlamentarismo não percorreria os quartéis, como sempre percorreu no passado.

No autoritarismo, o Congresso foi fechado várias vezes pelo regime militar e pelo regime de 1930. Cassações foram feitas, mandatos foram cassados e efetuadas prisões de Congressistas. E a UDN parlamentarista estava aqui para defender o Parlamento, estava aqui para defender o Congresso? Estava assinando os Atos Institucionais, redigindo os Atos Institucionais. Estava assinando cassações, estava cassando mandatos de Parlamentares, e, do outro lado da praça, estavam mandando tropas fechar o Congresso. Ah! A face sinistra das elites. Ah! Os nossos bacharéis conservadores. Agora, quer esta visão elitista conservadora que copiemos a Europa, que adotemos o parlamentarismo europeu. Ora, a Europa monarquista, a Europa industrializada, a Europa de classes sociais homogêneas, a Europa sem crises econômicas. E, nós, pobre Brasil, devemos copiar a Europa monarquista, a Europa avançada e industrializada; pobre Brasil da crise econômica, pobre Brasil da miséria cravada na face da cada um, que nos enrubesce diante do Mundo. O Brasil, pobre Brasil da crise, que enfrenta mundos mais graves, que enfrenta crises econômicas, deve copiar a Europa. Mas se querem copiar a Europa, pensemos na Europa, sim, mas pensemos na Europa que se equipara ao Brasil de hoje, a Europa do pós-guerra, que nos fornece um grande exemplo. Liberais daquela época imaginavam que as monarquias e as repúblicas parlamentaristas poderiam ser adequadas para enfrentar a crise. Kelsen que escreveu a Constituição austríaca, e Hugh Pleuss, que ajudou a escrever a Constituição alemã de Weimar, cedo se arrependeram e entenderam que, diante da crise, jamais poderia sair de um Parlamento qualquer proposta política forte que enfrentasse qualquer crise. Mas, era muito tarde quando se arrependeram e quando procuraram sistemas e mecanismos para fortalecer o governo, as monarquias ou repúblicas parlamen-

taristas. O Estado já havia perdido a possibilidade de influir, a sociedade, o processo político já se havia afastado do Estado. E deu no que deu.

Quero afirmar que estou aqui, muito menos para defender uma emenda, muito mais para reclamar dessa visão elitista, estou aqui em nome daqueles que, neste país das sesmarias nunca receberam um sesmaria; estamos aqui em nome daqueles que, no país da Guarda Nacional, nunca foram nomeados coronéis da Guarda Nacional; estamos aqui no país dos institutos, no país dos conselhos, no país das Comissões Mistas, para reclamar em nome daqueles que nunca foram nomeados para esses institutos. Quero reclamar em nome daqueles humildes, daqueles desgarrados, em nome daqueles injustificados que só têm um instante na vida em que podem olhar-se como cidadãos, quando escolhem o Presidente da República como Chefe do Governo e da Nação, em nome daqueles que nunca conseguiram furar o cerco ao Poder. Em nome deles, em nome desses injustiçados é que venho aqui reclamar, porque agora querem tirar a sua última esperança, o seu último direito, o seu instante mais elevado, o momento mais sublime da cidadania que é o direito de votar, especialmente na eleição para a Presidência da República, para escolher o Chefe do Governo.

Sr. Presidente permita-me V. Ex^a dizer apenas uma palavra a mais. Nós temos, como questão do nosso tempo, a questão da democracia. temos o compromisso com a construção da democracia. E, neste instante, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, estamos unidos na proposta presidencialista de eleição direta para a Chefia do Governo, estamos unidos os conservadores sérios e consequentes aos progressistas. Os conservadores sabem que não haverá estabilidade nem continuidade sem a incorporação da Nação brasileira ao processo político nacional, o que somente se faz através da eleição direta. Como nós, progressistas, também sabemos que não haverá transformação neste País, a não ser pela mobilização nacional no instante de eleição plebiscitária nacional, na eleição direta para a Presidência da República. (Muito bem!) Os conservadores consequentes e sérios e nós progressistas estamos unidos nesta proposta presidencialista, em nome do mais comezinho compromisso que qualquer um há de ter na vida pública, que é o de honrar os compromissos assumidos na ruas e nas praças da Nação. Em nome desses compromissos, quero lembrar Tancredo Neves, que, no compromisso à Nação brasileira, disse:

"Restabelecimento imediato das eleições diretas, livres e com sufrágio universal para Presidente da República, Prefeitos nas Capitais, nos Estados e Municípios." (Muito bem! Palmas.)

Estamos com esta proposta, porque queremos sair daqui e elevar conosco um único emblema, o de ter dignificado a vida pública, o de honrar os compromissos públicos. E, para citar ainda Tancredo Neves devemos, para tanto, apenas e tão-somente, fazer o que S. Ex^a disse desta tribuna: colocar o ouvido na terra, como o fizeram nossos antepassados indígenas, e escutar o clamor, a voz sofrida da Nação brasileira, que pede e clama para que não retiremos o seu último direito, que é o de eleger a Chefia do Governo da Nação.

Isto, em nome da República, pois ainda há tempo de se praticar a República.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Carneiro, que se manifestará contrariamente à proposição.

Pedimos a atenção da Casa. Numa sessão tão importante, se os Srs. Constituintes ocupassem os seus lugares no plenário, teríamos mais condições, mais ordem, moralidade e bilho, principalmente para esta sessão tão importante. Colaborem para a grandeza do episódio.

Depois dos oradores, passaremos à votação.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ) — Sr. presidente Srs. Constituintes:

Na Roma antiga afogavam-se as crianças disformes, e assim agiam não por um motivo de cólera. A razão aconselhava, a afastar do que era sadio o que era enfermo?

Srs. Constituintes, temos diante de nós um monstro para aprovar; não é uma emenda, é um monstro de vários pais. (Palmas.) Contra ele se insurge a vez de um dos mais autorizados presidencialistas desta Casa, o nobre Senador Marco Maciel.

Vou repetir suas palavras, de 16 de março, há 6 dias apenas, no Senado Federal. É a palavra do Marco Maciel, um insuspeito presidencialista:

"A opção, portanto, terá que ser: ou pelo aprimoramento do presidencialismo ou pela tentativa de uma volta às experiências parlamentaristas: nunca pela adoção do que já se convencionou chamar sistema híbrido, porque pode tanto ser "presidencialismo mitigado", ou um "parlamentarismo misto".

Isto disse um líder presidencialista.

Mas, aqui, desta tribuna, o nobre Senador, o eminente Senador Humberto Lucena lembrou duas grandes figuras da História política do Brasil: Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Getúlio Vargas suicidou-se no poder; Juscelino Kubitschek foi para o exílio sofrer as agruras por ter lutado pelo novo Brasil. Estes dois exemplos não servem para justificar o presidencialismo. E por que falar de 1961? É preciso repetir que durante os anos de 1961 e 1962, na vigência do parlamentarismo criado naquelas condições que todos conhecem, não houve queda do governo; os Urutus não saíram, porque o Parlamento reagiu. Quando foi que Urutus saíram às ruas? Foi exatamente depois do plebiscito, na vigência do presidencialismo. E como eles saíram ontem, poderão voltar amanhã se esta Assembléia não for digna do respeito, da consideração e do voto recebido do povo.

Nasci, Sr. Presidente, nas barricadas da oposição e que posso desafiar a todos aqui, porque minha vida tem sido uma constante luta pela liberdade. Defendi Juscelino Kubitschek, nesta Casa, na véspera da cassação do seu mandato. A única voz que se levantou foi a minha e naquela multidão de Deputados uma só voz se ergueu para apartar-me, a de Martins Rodrigues. O Plenário estava calado, silencioso.

Por isso é que volto a falar, hoje, neste instante; acaba de falar Luiz Viana, falará Afonso Arinos,

estou falando eu; somos os três mais velhos desta Casa, por isso mesmo nossa mensagem não é para nós, a nossa mensagem é para V. Ex.^{as}; os jovens de hoje, os homens do futuro. (Muito bem! Palmas.)

Depois de 59 anos de vida pública, de 37 anos de vida parlamentar, nada mais espero senão a graça de Deus. Mas os que aqui estão irão responder perante as futuras gerações pelo crime que estão cometendo, de manter este presidencialismo que tem sido uma sucessão de desastres, de crimes, de erros, de decepções para o povo brasileiro.

Senhor Presidente, não quero abusar da confiança de V. Ex.^a Vou concluir, dizendo que este texto é uma monstruosidade porque confunde sistema presidencialista com sistema parlamentarista. Então é o que dizia Marco Maciel, não há o que salvar. Vencida esta etapa, a quem recorrer se o presidencialismo der errado?

Quero dirigir-me especialmente agora às Bancadas do PDT e do PT; quero perguntar por que é que irão votar este texto, quando eles, por este texto, não podem, jamais, um só, usar da atribuição que consta no parágrafo único do art. 97:

"Na Sessão Ordinária imediatamente posterior à presença do Ministro de Estado convocado à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal, por iniciativa de qualquer das Lideranças que representam, no mínimo 1/3 da respectiva Casa Legislativa e pelo voto de dois terços de seus Membros, poderá votar resolução exprimindo discordância ao depoimento e às respostas do Ministro às interações dos Parlamentares."

O PT e o PDT, sozinhos, não podem pedir essa moção. Então eles estão armando a própria força para morrer salvando o presidencialismo. Mais ainda, a moção de censura também só será possível mediante requerimento de 1/3 de seus membros; o quer dizer que o PT, sozinho, ou junto com o PDT, não pode jamais oferecer uma moção de censura. E eles vão aprovar isto; e, com isto, aprovam os cinco anos, ninguém se iluda!

Os que estão na flor da idade, esperando que hoje vença o presidencialismo e, daqui a pouco, se aprovem os quatro anos, chorarão muito em breve, quando lembrarem da palavra do Constituinte Carlos Sant'Anna, que, falando há pouco pelo Governo, desprezou os votos do PT e do PDT, para afirmar que independente deles, tem 280 votos para aprovar os 5 anos do mandato presidencial. PDT e PT irão ser apenas contrapeso. Responderão, perante a História, pelo erro que irão cometer nesta oportunidade!

Sr. Presidente, aqui não há ninguém maior de 100 anos. Nenhum de nós chega a esta idade capaz de superar o bem ou o mal.

Desejo concluir, Sr. Presidente, dizendo que a miséria de que se falou desta tribuna, a miséria aí está e esta miséria não foi obra do parlamentarismo do Império. É a obra da República. É a hora, é a obra do presidencialismo. (Muito Bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O Sr. Carlos Sant'Anna — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, reza o Regimento da Casa que cada emenda, ao ser votada, deve ser encaminhada por dois oradores a favor, dois contra e o Relator. Agora, estou sabendo que V. Ex.^a quebrou, mais uma vez, o Regimento e vai colocar mais de dois oradores de um lado e de outro. Ora, Sr. Presidente, a Mesa da Casa me avisou que hoje as inscrições estariam abertas às 14 horas e 30 minutos e que eu chegasse mais cedo. Cheguei mais cedo. Entretanto, já havia uma lista com dez inscritos. Dessa lista, vão falar dois oradores que não estavam na lista e sequer se tinham inscritos, que são os Constituintes José Fogaça e Afonso Arinos, enquanto eu, que estava na lista e fui inscrito meu nome não consta da lista dos oradores que vão falar. De modo que sou obrigado a pedir a V. Ex.^a que, **data vênua** da importância do assunto, cumpra o Regimento. Dois oradores a favor já falaram; dois oradores contra falarão; fala o Relator e vamos à votação. (Palmas.)

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa podera, em primeiro lugar, ao nobre Carlos Sant'Anna: pode-se compreender que V. Ex.^a esteja emocionado hoje, está-se vendo. V. Ex.^a está emocionado, como todos nós. V. Ex.^a fez uma injustiça à Mesa e ao Presidente dos trabalhos.

O Sr. Carlos Sant'Anna — O Presidente não tem nada a ver com isto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Quero dizer a V. Ex.^a que jamais quebrei o Regimento. Procure sempre interpretá-lo em benefício da instituição, com imparcialidade.

Em segundo lugar, desejo dizer a V. Ex.^a que na presente sessão se configurou uma situação excepcional, qual seja, um assunto de decisão — vamos repetir, mais uma vez — histórica e que não vai configurar precedentes, se for votado hoje, ou se necessário, amanhã para outra emenda.

Temos autores da proposição, ou personalidades nacionalmente vinculadas à mesma. Entendemos que não traria prejuízo nenhum, para o resultado final da decisão, porque não se vai romper o contraditório, que é o fundamental. Se se rompesse o contraditório, favorecendo os oradores a favor e os contra, aí sim. Procuramos trazer esta decisão, considerando os autores de uma proposição — repito — tão importante e de figuras, e personalidades nacionalmente vinculadas, de um lado e de outro, a esta decisão. Rogo compreensão da Casa para alguns minutos e dou a palavra ao Sr. Constituinte Maurílio Ferreira Lima.

O Sr. Del Bosco Amaral — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não é possível que V. Ex.^a viole o Regimento pela quarta vez. Peço ao Plenário que não aceite esta decisão. Submeta V. Ex.^a à decisão do Plenário, porque se trata de violação pura e simples do

Regimento. Não faça isto, V. Ex.^a está se comprometendo. Isto é um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Quero ponderar, inclusive, que se trata de uma emenda coletiva; é uma atenção que merecem Companheiros nossos que apresentaram emenda coletiva. Se fosse V. Ex.^a autor da proposição, eu já teria...

(Manifestação do Plenário.)

(Tumulto.)

A regra da equidade foi observada — falarão a favor e falarão contra.

(Tumulto.)

O Sr. Maurílio Ferreira Lima — Sr. Presidente, peço que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Peço a compreensão da Casa, por mais alguns minutos, para passarmos à votação.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Maurílio Ferreira Lima.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Colocado o confronto, nesta Casa, entre presidencialismo e parlamentarismo, sinto-me numa posição bastante desconfortável, porque, se ser presidencialista é identificar-me com o regime que está em vigor no Brasil, se ser presidencialista é identificar-me com um regime no qual o Presidente, cercado por áulicos e pela família, fica indiferente ao Poder Legislativo e ao povo, então, digo que não sou presidencialista. Sou pela modernização das instituições políticas brasileiras. E a modernização das instituições políticas brasileiras passam, em primeiro lugar, pela sua legitimação. O poder, para se transformar em autoridade, precisa de legitimidade.

Nas sociedades primitivas, a legitimidade era a força bruta; posteriormente, quando o homem se sedentarizou, foram necessárias uma teoria e uma ética do poder e criou-se a teoria da origem divina do poder.

Mas, desde a Revolução Francesa, a legitimação do poder contemporâneo e a legitimação do poder moderno passam pelo voto. Poder sem voto é poder biônico; poder sem voto é poder ilegítimo.

É esta a minha primeira preocupação, quando a Constituinte se debruça sobre o problema da modernização das instituições políticas brasileiras.

Isto aqui não é um confronto de esquerda com a direita; isto aqui é um confronto do arcaico com o moderno. E o presidencialismo que aí se encontra é o arcaico, e o moderno nós queremos, respeitamos o voto popular, respeitamos a única fonte de legítimo poder que é o voto.

Aqueles que querem o parlamentarismo nesta Casa, fascinados pelos regimes que imperam na Europa Ocidental, esquecem de uma coisa primária: naqueles países todos os primeiros-ministros são, de fato, eleitos pelo voto popular. Lá não há primeiro-ministro biônico, lá não há governo biônico, e o Brasil não tem direito de, na Constituinte, querer fazer um governo sem voto, um governo biônico.

O governo, para ser legítimo, passa pelo voto e este está contido aqui neste projeto, que traduz, nas prerrogativas do Poder Legislativo, todos